

... **continuação**

(a) Perdas possíveis jurídico:
Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Tributárias	4.165	9.891
Cíveis-perdas e danos	20	5
	4.185	9.896

13. Patrimônio líquido:
O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica "Patrimônio social" e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte. O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado. Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

14. Receita líquida de serviços prestados:

	2024	2023
Anuidades de educação:		
Ensino superior	98.522	87.441
Ensino técnico	40.021	35.617
Bolsa de estudo Prouni	(17.498)	(14.471)
Bolsa de estudo institucional superior	(2.716)	(2.299)
Bolsa de estudo institucional básico	(5.903)	(5.327)
Descontos concedidos superior	(16.313)	(12.317)
Descontos concedidos básico	(5.419)	(3.790)
CANCELAMENTOS SUPERIOR	(124)	(102)
CANCELAMENTOS BÁSICO	(55)	(80)
	90.615	84.671

15. Custos de serviços prestados:
Descrição

	2024	2023
Salários	(58.795)	(65.061)
Encargos	(6.220)	(4.882)
Benefícios	(12.836)	(11.665)
Total	(77.851)	(71.608)

No ano letivo de 2024, a instituição firmou acordo com o sindicato patronal referente ao dissídio de seus colaboradores. Para a Educação Básica, foi aplicado um reajuste de 5% em março, além de um abono de 18% em setembro. No Ensino Superior, conforme o dissídio da categoria, o reajuste total foi de 4,24% ao longo do ano, dividido em 3,44% em julho/24 e 0,8% em janeiro/25, com o pagamento de um abono de 7,5% sobre o salário base bruto em julho/24, decorrente da antecipação salarial de 3,44% concedida nos meses de maio e junho/24.

16. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	2024	2023
Descrição		
Pessoal e encargos sociais	(19.848)	(18.513)
Serviços de Terceiros	(4.691)	(3.764)
Comercial publicidade e propaganda	(1.382)	(1.350)
Material didático	(1.783)	(702)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.595)	(1.931)
Manutenção e conservação	(1.789)	(1.522)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.137)	(4.314)
Contribuições a Associações	(706)	(655)
Aluguéis de equipamentos	(602)	(570)
Provisão trabalhista	(1.431)	(440)
Material de uso e consumo	(1.557)	(1.486)
Depreciação e amortização	(3.962)	(3.592)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	410	(1.337)
	(41.871)	(40.276)

17. Outras receitas operacionais:

	2024	2023
Descrição		
Prestação de serviços	4.528	3.894
Pis 1º s/ folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	770	817
Taxa de material e administrativa	5.508	4.518
Contribuições fundo de pesquisa	6.401	5.785
Ressarcimento de despesas	1.381	2.479
Doações e contribuições	274	349
Outras receitas	612	508
	19.474	18.350

18. Resultado financeiro:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.997	7.291
Juros e multas de anuidades em atraso	3.504	4.602
Atualização monetária	36	(73)
	9.537	11.814

Despesas financeiras

	2024	2023
Juros e multas	(434)	(671)
Desconto Concedidos	-	(2)
Outras despesas financeiras	(364)	(353)
	(798)	(1.026)

Resultado financeiro líquido

	2024	2023
19. Gratuidades: Evidenciação de Alunos matriculados, pagantes e bolsistas:		
O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2024 e 2023 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:		

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	4.151	98.522	3.749	87.441
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	66	1.634	72	1.552
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005- PROUNI)	495	12.450	450	9.343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	10.985
Numero total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	561	14.084	522	10.945
Outras bolsas integrais (c)	181	4.081	158	3.939
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	477	5.380	460	3.914
Alunos inadimplentes (e)	17	157	28	302
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	2.915	74.820	2.581	68.391
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	82	634	65	628
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	331	4.288	373	4.110
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	4.738
Numero total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	413(2 = 206)	4.922	438(2 = 219)	4.738
Outra bolsas parciais	-	-	-	10.787
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	38.617
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende

Educação básica

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	2.557	40.021	2.390	35.617
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	198	2.762	192	2.523
Alunos com bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	-	-	-	1.644
Alunos de bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	103 (x1,4 = 144)	2.000	85 (x1,4 = 119)	1.644
Numero total de alunos o bolsi bolsa integral (LC 187/2021) (b)	301(342)	4.762	277(311)	4.167
Outras bolsas integrais (c)	183	2.806	188	2.759
Alunos inadimplentes (e)	106	1.074	45	479
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	1.967	35.840	1.880	32.102
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151	1.051	151	1.015
Numero total de alunos o bolsi bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151 (2 = 75)	1.051	151 (2 = 75)	1.015
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benef. complementares convertidos em bolsa integral	4	69	7	112
Verificação atendimento aos artigos 13,13-A, 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior s/PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benef. complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Opinião sobre as demonstrações contábeis:
Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos, (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e artigo 14 do decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que menciona que o pedido de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na área da educação, ainda se encontra em análise pelo órgão competente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Fundação Valeparaibana de Ensino

Demonstração das aplicações:

(a) Receita

	2024	2023
Anuidades	90.515	84.671
Anuidades (educação superior e educação básica)	653	(1.337)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	91.168	83.334
Aplicação em gratuidades: Bolsas de estudo	26.118	22.098
Aplicação em gratuidades: ações assistenciais	69	112
	26.187	22.210

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades) NBC T 10.19-Entidades sem Finalidade de Lucros:

	2024	2023
Receitas: Anuidades:		
Anuidades (Educação Superior e Educação Básica)	90.515	84.671
Outras receitas	19.474	18.350
	8.739	10.787
Receitas financeiras, líquidas	118.728	113.808

Aplicação em gratuidades: (26.187)

Receita (sem gratuidades) 92.541 91.598

(c) Demonstrativo da imunidade das contribuições sociais:

	2024	2023
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	71.906	68.041
Quota patronal-20%	14.381	13.608
RAT-1%	719	680
Terceiros-4,5%	3.236	3.062
Contribuinte individual	128	141
	18.464	17.491

(d) PROUNI e FIES:
A Fundação, em observância à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

20. Adequação das receitas com as despesas com pessoal:
A Fundação aplicou 68 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	2024	2023
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais superior	78.307	70.670
Receitas de mensalidade com gratuidades-Bolsas	20.215	16.771
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni-Integrais 100%	(13.000)	(10.040)
Bolsas de estudos Prouni-Parciais 50%	(4.499)	(4.431)
Bolsas de estudos Institucionais-Integrais 100%	(1.803)	(1.625)
Bolsas de estudos Institucionais-Parciais 50%	(914)	(674)
Outras bolsas de estudo	(4.895)	(4.643)
Devoluções e cancelamentos	(124)	(102)
Descontos concedidos	(16.313)	(12.317)
(=) Receitas líquidas de mensalidades / anuidades educacionais	56.974	53.609
Custos / Despesas com pessoal Docente	38.617	35.663
Percentual de adequação	68%	67%

21. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:
As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação avalia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

Parâmetros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, da Fundação Valeparaibana de Ensino, nos termos do art. 29 do Estatuto da FVE, após examinar o Balanço Patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2024 e as correspondentes demonstrações do déficit/superávit dos exercícios, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas e com parecer sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendamos a sua aprovação pelos órgãos competentes da Fundação.

Dr. Ricardo Augusto Scarpel Presidente	Eliane Fátima de Moraes Conselheiro	Tânia Marcelo F. Mendonça Conselheiro
--	---	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 23 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 027006/O-4 F
Victor Henrique Fortunato Ferreira - Contador CRC 1 SP 223326/O-3

(a) Risco de taxas de juros:
É oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Fundação adota a política diversificadora, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com reparações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. Complementarmente, a Fundação faz opção por produtos financeiros de perfil conservador de forma a evitar riscos de flutuações que possam pôr em risco seu Ativos.

(b) Risco de crédito:
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos em aberto. A Fundação avalia a qualidade do crédito das contas a receber, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores nos limites previstos na legislação.

(c) Risco de liquidez:
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Fundação que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. A Fundação investe o saldo de caixa em contas correntes com incidência de Juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Nesse campo de operações, por princípio, a Fundação faz opção conservadora na escolha de produtos e agentes financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Fundação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa "Não Descontados contratados".

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2024:		
Emprestimos e Financiamentos (nota 8)	1.250	938
Fornecedores	967	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	933	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.740	-
Em 31 de dezembro de 2023:		
Emprestimos e Financiamentos (nota 8)	1.354	2.188
Fornecedores	1.417	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	1.481	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.390	-

22. Cobertura de seguros (não auditado):
A Fundação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, de acordo com a sua natureza, não foram escopo de auditoria pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes:
Não ocorreram até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Fundação.

Diretoria
Prof. Dr. Sergio Reginaldo Bacha - Presidente
Prof. Me José César de Faria - Vice-Presidente
Contadora
Helena Cristina de Paula CRC - ISP 223123/O-0